

**Expresso**

10-11-2012

Periodicidade: Semanal**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 131300**Temática:** Justiça**Dimensão:** 307**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/48

Supremo validou escuta com Passos Coelho

Conversa com banqueiro José Maria Ricciardi vai ser usada na investigação do processo das privatizações

A gravação com o telefonema entre o presidente do BES Investimento e o primeiro-ministro foi aceite por Noronha do Nascimento, presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

O banqueiro estava sob escuta numa investigação sobre alegados crimes de colarinho branco e a conversa foi considerada relevante para enquadrar outros indícios recolhidos pelos procuradores do caso. ÚLTIMA

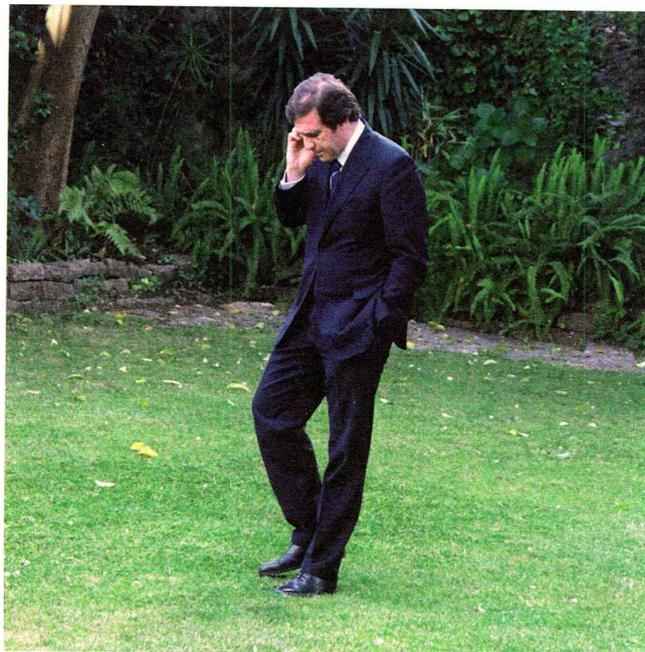
Escuta com Passos Coelho foi validada

O telefonema entre o banqueiro José Maria Ricciardi e o primeiro-ministro vai ser usado no caso 'Monte Branco'

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) aceitou o pedido do Ministério Público e validou as escutas telefónicas em que intervêm o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e José Maria Ricciardi, presidente do BES Investimento. O banqueiro estava sob escuta numa investigação por suspeita de tráfico de influências, corrupção e informação privilegiada no caso das privatizações da REN e da EDP.

Apesar de as escutas terem sido feitas em dezembro do ano passado e de só terem sido presentes ao presidente do STJ onze meses depois, a 8 de outubro deste ano, Noronha do Nascimento foi sensível ao argumento apresentado pelo procurador Rosário Teixeira, que justificou o atraso da entrega com uma questão estratégica: as escutas, por si só, não provavam nada, “mas conjugadas com outra prova entretanto recolhida, nomeadamente nas buscas, ganharam peso”, explica uma fonte judicial. “Por cautela foram apresentadas ao presidente do STJ, apesar de já terem sido aceites pelo juiz de instrução, Carlos Alexandre”, acrescenta a mesma fonte.

Durante a investigação do caso 'Face Oculta', Noronha do Nascimento mandou destruir as escutas telefónicas entre Armando Vara, acusado no processo e o então primeiro-ministro José Sócrates com o argu-



mento de que as interceções não tinham sido apresentadas no Supremo para validação no prazo máximo de 15 dias, como diz a lei. “A diferença é que José Sócrates era, para o procurador do caso, suspeito e como tal deveria ter havido intervenção imediata do STJ. Passos Coelho não é, nem nunca foi, suspeito de nada, por isso não havia necessidade de uma intervenção”, explica um juiz-conselheiro que não quer ser identificado.

José Maria Ricciardi admitiu publicamente ter telefonado ao primeiro-ministro, de quem é amigo, em duas ocasiões por motivos que considera irrelevantes do ponto de legal: uma para protestar contra a contratação da consultora Perella Weinberg que não fazia parte de uma lista de empresas pré-se-

leccionadas para as privatizações e para reclamar contra alegadas manobras para atribuir o negócio da EDP à alemã E.ON. O BESI representava a China Three Gorges, que ganhou o concurso da compra da EDP.

A escuta a José Maria Ricciardi foi feita no âmbito do caso 'Monte Branco', onde é investigada uma alegada rede de fraude fiscal e branqueamento de capitais. As privatizações da REN e da EDP renderam ao Estado 3,3 mil milhões de euros e o MP está a investigar suspeitas de corrupção, informação privilegiada e tráfico de influências.

O gabinete de Passos Coelho não quis comentar a validação das escutas “porque não comenta assuntos que desconhece”, diz fonte oficial.